


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA
Processo nº: **0002902-23.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 13/01/2014 15:00:20 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

PATRICIA PEREIRA DA SILVA propõe ação contra UNIMED SAO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, aduzindo que mantinha plano de saúde com a ré e, acometida de câncer no ovário, submeteu-se a cirurgia, tendo seu médico assistente solicitado a realização de exame denominado PET-SCAN, a ser realizado em Ribeirão Preto, solicitação negada pela ré. Teve que fazer o exame em Campinas e para tanto desembolsou R\$ 3.200,00. A negativa causou-lhe dor e constrangimento. Sob tais fundamentos, pede o ressarcimento do que pagou e indenização pelos danos morais.

A ré foi citada e contestou (fls. 48/64) sustentando que o exame não consta do rol de procedimentos da ANS para o caso de câncer de ovário (vide fls. 50), ou seja, a postulação da autora não atende às diretrizes de utilização da agência reguladora, de modo que o pretendido exame está excluído da cobertura contratual, razão pela qual não foi indevida a recusa, tendo agido no exercício regular de direito. Assim, não tem a obrigação de ressarcir nem de indenizar. Quanto à indenização, também não houve a ocorrência de danos morais. Pede a improcedência.

Houve réplica (fls. 97/100).

As partes foram instadas a especificar provas (fls. 101), pugnando a autora o julgamento antecipado (fls. 102) e a ré a produção de prova documental (fls. 104/105), que por sua vez veio aos autos (fls. 108, 116), manifestando-se a ré (fls. 119/120).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso. Saliente-se que, instadas as partes a especificar provas (fls. 101), a autora postulou o julgamento antecipado (fls. 102), e os documentos requeridos pela ré (fls. 104/105) já vieram aos autos (fls. 108, 116)).

A ação é procedente.

A recusa da ré foi indevida. A autora foi acometida de câncer de ovário e seu médico assistente indicou o exame Pet-Scan para rastreamento (fls. 11).

O exame insere-se no rol de procedimentos da ANS, embora a cobertura obrigatória, segundo as normas da ANS, não diria respeito ao câncer de ovário.

Todavia, deve prevalecer a convicção técnica do médico assistente da autora, que entendeu indispensável o exame para o acompanhamento pós-operatório.

A recusa foi manifestamente abusiva.

Aplica-se, *mutatis mutandis*, a Súm. 102 do TJSP: "Havendo expressa indicação médica, é abusiva a negativa de cobertura de custeio de tratamento sob o argumento da sua natureza experimental ou por não estar previsto no rol de procedimentos da ANS".

Devido, pois, o ressarcimento.

Quanto à indenização por danos morais, respeitados entendimentos em contrário, as regras de experiência (art. 335, CPC) revelam o inequívoco transtorno e sofrimento do consumidor que, acometido de câncer, após cirurgia, necessita de exame para acompanhamento a respeito do resultado a intervenção, vê a cobertura de tal exame negada pelo plano de saúde, sendo forçado a deslocar-se até Campinas e desembolsar nada mais nada menos que R\$ 3.200,00 para realizar o indispensável exame. Tudo, em situação de absoluta fragilidade, na qual – espera-se – há de contar com o serviço prestado pela ré.

Segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, como lenitivo pela dor sofrida, mas evitando-se enriquecimento sem causa, arbitra-se a indenização em R\$ 3.200,00, mesmo valor do exame recusado.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e CONDENO a ré a pagar à autora: a) R\$ 3.200,00, com atualização monetária desde o desembolso em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

04/11/11 (fls. 12) e juros moratórios desde a citação; b) R\$ 3.200,00, com atualização monetária desde a presente data (arbitramento da indenização) e juros moratórios desde a citação. A atualização monetária dar-se-á pela tabela do TJSP e os juros moratórios são de 1% ao mês.

CONDENO a ré, ainda, em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 15% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 07 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA